

# Um hetohokã para planejadores

Washington Novaes \*



de que empresas transportadoras, Ministério de Minas e Energia e Ministério dos Transportes vão implantar um plano para economizar óleo diesel, pois o seu consumo (subsidiado) cresceu mais que o dobro do consumo médio de petróleo nos últimos vinte anos. Parece lógico, racional, coerente. Mas a mesma notícia já focalizava também uma primeira forquilha puxando para o outro lado: segundo o ministro dos Transportes, se não houver (e não há) recursos para recuperação da malha rodoviária, o esforço será em vão, continuaremos a gastar mais combustível para percorrer a mesma quilometragem (Agência Estado, 5/7/96).

guerra sem quartel e cada um puxando para um lado. Mas sem sentido, rumo, estratégia.

No meio da semana passada, por exemplo, afinal parecia que algumas coisas começavam a fazer sentido. Ao tomar medidas de proteção à indústria de brinquedos, o governo federal (independentemente de acerto ou erro no fechamento do mercado) parecia disposto a dar um sentido firme ao combate ao desemprego – tanto que exigiu como contrapartida a criação de 12 mil empregos no setor. É coerente exigir contrapartidas sociais quando um setor recebe concessões, subsídios, incentivos fiscais, etc. Seria um avanço, portanto, nestes tempos complicados em que os relatórios internacionais demonstram a necessidade de políticas ativas (e não apenas investimentos) para gerar empregos e distribuir melhor a renda.

**Quem já viu um hetohokã, e hoje lê o noticiário econômico do País, a impressão é de estar vendo a festa dos índios carajás**

Um dia depois, a forquilha já era puxada na direção contrária. Notificou-se que dezoito setores já se beneficiaram de medidas de proteção contra importações nos últimos anos, sem nenhuma contrapartida. E outros setores já estavam na bica para receber igual proteção, de novo sem contrapartida.

Mais algumas páginas de jornais folheadas e encontrava-se a notícia

lar no encarecimento do custo por emprego gerado, que, sem dúvida, por muitos fatores (preço maior dos terrenos, das infra-estruturas e serviços, entre outros) é muito mais alto aí, nas regiões densamente povoadas.

Trata-se, portanto, de uma decisão no mesmo rumo da que foi tomada recentemente, de desqualificar o preço dos combustíveis – quanto mais longe da refinaria o lugar do consumo, maior o preço. Além de penalizar o consumidor distante, sem opção (se pudesse, ele implantaria uma refinaria ali pertinho), essa decisão penaliza em bloco todas as regiões que não dispõem de refinarias, como o Centro-Oeste, o Norte e quase todo o Nordeste. E concentra investimentos, concentra empregos, concentra renda, concentra poluição. Uma puxada de forquilha tão estapafúrdia que sequer conseguiu ser implantada integralmente. No Centro-Oeste, por exemplo, o setor de mineração demonstrou que, sem condições de concorrência, pelo custo do transporte, teria de fechar as portas, todo ele, imediatamente. E tudo ficou em compasso de espera.

Adiante. No mesmo dia 5 de julho, informava ainda a Agência Estado: "O governo estuda uma forma de evitar o risco de racionamento de energia elétrica a partir do próximo ano". Como? Investindo US\$ 10 bilhões

nos próximos anos em novas usinas. E importando energia da Argentina.

Muito justo e oportuno, terá pensado o leitor. Mas talvez num segundo momento, pensando melhor, esse leitor volte seus olhos para o alto da página, em busca de data, pois terá tido a impressão de haver visto notícia velha – afinal, ele já leu essa mesma informação todos os anos, nos últimos dez anos, sem que acontecesse qualquer racionamento. O País continuou a funcionar do mesmo jeito, sem novas usinas, e sem que uma só indústria parasse por falta de energia, nenhuma casa ficasse no escuro, sem que se apagassem as luzes da rua.

Mais atônito ainda ficaria esse leitor se tivesse acesso a alguns estudos sobre o setor energético brasileiro. Um deles, por exemplo – de Emílio Lèbre La Rovere, preparado para o Relatório sobre o Desenvolvimento

**Se desperdiçamos metade da energia gerada, o lógico é aplicar recursos para acabar com isso e não fazer novas usinas**

Humano no Brasil, da ONU –, mostra que na oferta interna bruta de energia primária no País a energia útil representa apenas 33%; pouco mais de 10% é consumido com fins não energéticos; as perdas representam nada menos de 56% do total, dos quais 12% na passagem de energia primária para secundária e 44% nos equipamentos de uso final.

Então, se estamos desperdiçando metade da energia gerada, se não temos recursos para investir, se queremos uma economia eficiente, a lógica não seria aplicar recursos em programas de conservação de energia e eliminação do desperdício, muito mais baratos que construir usinas ou importar energia? O leitor de jornais provavelmente diria que sim, mas a forquilha está sendo puxada para o outro lado. Prossegue o cabo-de-guerra, sem a beleza, as cores, a originalidade do hetohokã.

A lista de exemplos parece infindável. Outra notícia da mesma data informa que no próximo dia 13 o presidente da República discutirá com governadores de estados propostas para resolver a questão fundiária. Ótimo, pois a primeira meta é exatamente assentar 2 milhões de famílias. Mas a notícia logo puxa a forquilha em direção contrária: assentar esse número de pessoas vai levar dez anos. Como se isso fosse viável, como se a questão da terra não estivesse explodindo aqui e ali a cada dia, demonstrando o nível máximo de tensão aqui e agora. Como se fosse possível esperar dez anos.

Talvez se devesse propor que todo planejador passasse um tempo entre os carajás, assistisse a um hetohokã e depois partilhasse do período de provação pelo qual passam os meninos. Porque nesse tempo eles aprendem também a meditar, a ser humildes, a medir as consequências de seus atos, a ouvir os experientes.

\* Jornalista.

Os índios carajás são um povo curioso. Quem chega à ilha do Bananal e os vê desdentados, com calções desbotados, tem uma impressão quase desoladora. Mas, se tiver oportunidade de assistir a uma dança de aruanã, numa noite de lua cheia, ou ao ritual do hetohokã – passagem dos meninos para um estado intermediário entre a infância e a vida adulta, tempo de provação e aprendizado –, com certeza vai se impressionar.

Na festa de hetohokã, a aldeia que a promove ergue um mastro grosso, de uns 10 metros de altura, e o calça com uma trincheira de pedras. Ele vai simbolizar a "honra" da aldeia e dos meninos. E os convidados de outras aldeias, que chegam em meio a enorme algazarra, vão tentar derrubá-lo. Munidos de grossas forquilhas atadas com cipós volumosos a outros paus, tentam enganchá-las no mastro e puxar para derrubá-lo – enquanto o povo da casa, do outro lado, faz o mesmo esforço em sentido contrário, além de impedir com unhas e dentes que os adversários solapem a base de pedra. Quando um dos lados consegue tomar uma forquilha do outro e jogá-la no rio Araguaia, o alarido é enorme. Mas a luta prossegue, noite afora, até o raiar do dia ou até que os visitantes consigam derrubar o mastro (o que é raro).

Quem já viu a festa e hoje passa os olhos pelo noticiário econômico no Brasil, estampado nos jornais, tem em certos momentos a sensação de estar no meio de um hetohokã. Um alarido enorme, uma